

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - (Em milhares de reais)

	2011	2010
Ativo		
Circulante	27.565.758	10.173.798
Disponibilidades	110.416	13.644
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	5.871.834	10.773
Aplicações no mercado aberto	5.844.982	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	26.852	10.773
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Notas 6 e 7)	16.244.431	8.484.585
Carteira própria	13.396.042	5.904.550
Vinculados a operações compromissadas	-	482.655
Vinculados a prestação de garantias	2.503.070	1.698.786
Instrumentos financeiros derivativos	345.319	398.594
Relações interfinanceiras	11	105
Depósitos no Banco Central	-	105
Correspondentes	11	-
Operações de crédito (Nota 8)	174.312	145.318
Sector privado	187.137	145.318
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.825)	-
Outros créditos (Notas 9, 10 e 11)	5.163.049	1.518.125
Carteira de câmbio	4.950.765	1.399.397
Rendas a receber	5.527	5.474
Negociação e intermediação de valores	56.863	48.728
Diversos	153.332	68.657
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(3.438)	(4.131)
Outros valores e bens	1.705	1.248
Despesas antecipadas	936	479
Outros valores e bens	769	769
Realizável a longo prazo	1.451.214	1.699.650
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Notas 6 e 7)	484.794	767.355
Carteira própria	-	49.486
Vinculados a prestação de garantias	252.659	405.371
Instrumentos financeiros derivativos	232.135	312.498
Outros créditos	966.420	932.295
Diversos (Nota 11)	1.011.413	964.190
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(44.993)	(31.895)
Permanente	444.865	354.012
Investimentos	405.517	323.325
Participações em controladas no país (Nota 14)	404.705	322.548
Outros investimentos	1.182	1.147
Provisão para perdas	(370)	-
Imobilizado de uso	33.728	22.753
Outras imobilizações de uso	52.439	36.211
Depreciações acumuladas	(18.710)	(13.458)
Diferido	5.619	7.934
Gastos de organização e expansão	12.546	12.546
Amortização acumulada	(6.927)	(4.612)
Total do Ativo	29.461.837	12.227.460

	2011	2010
Passivo e Patrimônio líquido		
Circulante	13.031.125	9.081.753
Depósitos	1.390.419	358.047
Depósitos à vista	163.698	47.871
Depósitos interfinanceiros	796.906	7.850
Depósitos a prazo	429.815	302.300
Depósitos para Investimento	-	26
Captações no mercado aberto	2.171.620	480.353
Carteira própria	-	480.353
Carteira de terceiros	2.171.620	-
Relações Interdependências	1.653	1.666
Recursos em trânsito de terceiros	1.653	1.666
Obrigações por empréstimos (Nota 12)	4.802.725	5.667.545
Empréstimos no exterior	4.802.725	5.667.545
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	307.734	381.615
Instrumentos financeiros derivativos	307.734	381.615
Outras obrigações (Notas 9, 10 e 11)	4.356.974	2.192.527
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5.508	2.455
Carteira de câmbio	4.007.525	1.742.562
Sociais e estatutárias	9.875	24.219
Fiscais e previdenciárias	20.747	189.148
Negociação e intermediação de valores	140.859	118.455
Diversas	172.460	115.687
Exigível a longo prazo	13.976.548	1.725.322
Depósitos	445.992	227.725
Depósitos interfinanceiros	94.562	152.894
Depósitos a prazo	351.430	74.831
Obrigações por empréstimos (Nota 12)	11.817.540	-
Empréstimos no exterior	11.817.540	-
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	325.535	210.103
Instrumentos financeiros derivativos	325.535	210.103
Outras obrigações (Nota 11)	1.387.481	1.287.494
Fiscais e previdenciárias	1.012.733	931.438
Diversas	374.748	356.056
Resultados de exercícios futuros	2.685	4.120
Patrimônio líquido (Nota 16)	2.451.479	1.416.265
Capital social	1.908.382	765.432
De domiciliados no país	7.158	5.560
De domiciliados no exterior	1.901.224	759.872
Reservas de capital	25.153	25.118
Reserva de lucros	511.042	619.131
Ajustes de avaliação patrimonial	6.912	6.594
Ações em tesouraria	(10)	(10)
Total do Passivo e Patrimônio líquido	29.461.837	12.227.460

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
	Capital social	Aumento de capital	Reserva de atuação de títulos patrimoniais	Subvenções para investimento	Legal	Estatutária				
Em 31 de dezembro de 2009	749.853	15.579	15.579	24.939	114.196	394.764	-	-	(10)	1.299.321
Aumento de capital	15.579	(15.579)	-	-	-	-	-	-	-	-
MtM - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	6.594	-	-	6.594
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	-	179	-	-	-	-	-	179
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	110.171	-	110.171
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	-	-	-	-	5.509	-	-	(5.509)	-	-
Reserva estatutária (Nota 16)	-	-	-	-	-	104.662	-	(104.662)	-	-
Em 31 de dezembro de 2010	765.432	-	-	25.118	119.705	499.426	6.594	-	(10)	1.416.265
Aumento de capital (Nota 16)	1.142.950	-	-	-	-	(220.000)	-	-	-	922.950
MtM - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	318	-	-	318
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	35	-	-	-	-	-	-	35
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	110.456	-	110.456
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	-	-	-	-	5.522	-	-	(5.522)	-	-
Reserva estatutária (Nota 16)	-	-	-	-	-	104.934	-	(104.934)	-	-
Dividendos prescritos (Lei nº 6.604, art 287, III)	-	-	-	-	-	-	1.455	-	-	1.455
Em 31 de dezembro de 2011	1.908.382	-	35	25.118	125.227	385.815	6.912	-	(10)	2.451.479
Em 30 de junho de 2011	985.432	-	35	25.118	122.092	280.881	(4.153)	45.364	(10)	1.454.759
Aumento de capital (Nota 16)	922.950	-	-	-	-	-	-	922.950	-	922.950
MtM - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	11.065	-	-	11.065
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	62.705	-	62.705
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	-	-	-	-	3.135	-	-	(3.135)	-	-
Reserva estatutária (Nota 16)	-	-	-	-	-	104.934	-	(104.934)	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	1.908.382	-	35	25.118	125.227	385.815	6.912	-	(10)	2.451.479

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - O Banco, localizado em São Paulo, está autorizado a operar como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio. As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a co-participação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P.Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis do Banco J.P.Morgan S.A. foram aprovadas pela Administração em 13 de março de 2012. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis** - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e o Conselho Monetário Nacional - CMN. As demonstrações contábeis consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 estão em processo de elaboração de acordo com as determinações da Resolução nº 3.786 do CMN, com base nas normas internacionais de contabilidade (IFRS). Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis do Banco incluem, portanto, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para devedores duvidosos, imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **3. Principais práticas contábeis - (a) Apuração do resultado** - É apurado pelo regime de competência de exercícios. **(b) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros e operações de "swaps" estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios: • Títulos públicos federais, títulos privados, "swaps" e termos: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação; • Ações: cotação de fechamento divulgada pela BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros; • Opções: modelo de precificação "Black & Scholes" e modelos internos, quando o modelo "Black & Scholes" não é aplicável e • Futuros: cotações e taxas publicadas pela BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&F Bovespa). **(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo** - São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do BACEN e requisitos da Resolução nº 2.682. **(d) Permanente** - É demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • As participações em sociedades controladas, em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil dessas controladas, são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. • A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: imóveis de uso - 4%; máquinas, equipamentos, móveis e utensílios - 10%; e equipamentos de processamento de dados e sistemas de transporte - 20%. • O diferido está representado, principalmente, por gastos no desenvolvimento de sistemas que são amortizados com base no método linear considerando a taxa de 20% ao ano. Em atendimento à Resolução nº 3.617 do CMN, a administração decidiu pela permanência dos saldos existentes em 30 de setembro de 2008 até a sua efetiva baixa. **(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **(f) Passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. **(g) Passivos contingentes** - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, cível, trabalhista e outros riscos. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **(ii) Obrigações legais** - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. **(g) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão do Imposto de Renda (IR) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% a partir de maio de 2008, conforme art. 17 da Lei nº 11.727/08. Por ocasião da entrega da Declaração de Imposto de Renda do ano-calendário 2008 no dia 15 de outubro de 2009, o Banco formalizou sua decisão pela não-opção ao RIT. O Regime Tributário de Transição (RTT) foi instituído pelo artigo 15 da MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09. De acordo com o referido texto legal, as modificações nos critérios contábeis para apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida MP, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL da pessoa jurídica optante pelo RTT devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Desta forma as diferenças de critérios resultantes da Lei nº 11.638/07 foram devidamente consideradas nas bases de cálculo dos referidos tributos. Os créditos tributários e o passivo fiscal diferido referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IR e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal

pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2011, foram aplicadas as alíquotas de 25% e 15% sobre os ajustes temporários para obtenção do saldo de crédito tributário e passivo fiscal diferido de IR e CSLL, respectivamente. **(h) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados no fluxo de caixa, incluem dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **4. Gerenciamento de Riscos** - O conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. **4.1. Risco de mercado** - É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pelas entidades do conglomerado. O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities). O grupo responsável pelo gerenciamento de risco de mercado utiliza os sistemas de "front-office" como fonte das informações de risco e as consolida nos sistemas de Risco, onde o VaR e os testes de "stress" são efetuados. O objetivo da unidade de administração de risco de mercado é assegurar que os riscos de mercado sejam efetivamente identificados, mensurados, monitorados e controlados pelas políticas internas, assim como a determinação de limites de operações e acompanhamento de posição das entidades do conglomerado. Dessa forma um efetivo processo de monitoramento de riscos mantém a exposição do Banco em níveis compatíveis em função dos movimentos nos preços e taxas de mercado. O "VaR - Value at Risk", o cálculo de "stress" e o acompanhamento diário das exposições a cada tipo de risco de mercado são ferramentas adotadas pelo conglomerado na administração dos riscos das posições. **4.2. Risco operacional** - É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A Política de Gestão de Risco Operacional do conglomerado define os procedimentos e padrões de Gestão de Risco Operacional; estabelece responsabilidades, monitoramento e comunicação do risco operacional e estabelece padrões mínimos de governança. A estrutura estabelecida permite identificar, monitorar, mensurar e comunicar riscos operacionais, possibilitando a identificação dos responsáveis pelas ações corretivas. Os principais componentes dessa estrutura, em face dos requerimentos estabelecidos pela Política Corporativa de Gestão de Risco, incluem formalização dos eventos de risco operacional, as auto-avaliações de controle e risco, governança e comunicação desses eventos à alta administração e áreas envolvidas. **4.3. Risco de liquidez** - É definido como a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O grupo responsável pelo gerenciamento de risco de liquidez utiliza mecanismos que incluem a projeção do fluxo de caixa futuro e a manutenção de limites mínimos a serem aplicados em ativos de alta liquidez do Grupo. **4.4. Risco de crédito** - É definido como a possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira da contraparte. As principais atribuições da Área de Crédito no Brasil são a avaliação da capacidade dos clientes de gerarem recursos suficientes para a liquidação de suas obrigações, atribuição de uma classificação de risco ("rating") e aprovação de forma independente dos limites de crédito atribuídos aos clientes. O risco de crédito é minimizado utilizando mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, ratings, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos. A estrutura que rege a atividade de Risco Operacional e Risco de Mercado do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço www.jp.morgan.com.br. **5. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

	2011	2010
Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas	5.844.982	-
Posição bancada	3.673.362	-
Posição financiada	2.171.620	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	26.852	10.773
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	5.871.834	10.773

6. Títulos e valores mobiliários

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado em 2011	Valor de mercado em 2010
Títulos para negociação	16.026.261	(127.149)	15.899.112	8.085.991
Carteira própria	13.440.283	(44.241)	13.396.042	5.904.550
LFT	42.925	(2)	42.923	150.120
LTN	409.084	(43.482)	365.602	4.109.456
NTN-C	40	1	41	369.807
NTN-B	125.496	4.039	129.535	48.860
NTN-F	9.842.363	(5.000)	9.837.363	2.133
Cotas de Fundos de Investimentos	2.906.811	-	2.906.811	1.194.933
Ações	113.564	203	113.767	29.241
Vinculados a compromissos de recompra	-	-	-	482.655
LTN	-	-	-	122.972
LFT	-	-	-	240.584
NTN-B	-	-	-	90.670
NTN-F	-	-	-	28.429
Vinculados a prestação de garantias	2.585.978	(82.908)	2.503.070	1.698.786
LTN	1.736.095	(79.496)	1.656.599	274.327
LFT	28.636	(2)	28.634	373.835
NTN-B	331.748	13.064	344.812	373.233
NTN-C	2.229	351	2.580	359
NTN-F	487.270	(16.825)	470.445	677.032
Títulos Disponíveis para Venda	250.100	2.559	252.659	454.857
Carteira Própria	-	-	-	49.486
NTN-B	-	-	-	49.486
Vinculados a prestação de garantias	250.100	2.559	252.659	

(...continuação) **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

geralmente representam compromissos futuros ou direitos para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos ou direitos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2011	Valor nominal 2010
Operações de "swap"	338.111	456.123	8.358.714	5.797.958
CDI x Dólar	36.306	240.841	2.927.584	1.135.645
CDI x Euro	136	-	14.540	-
CDI x Iene	-	-	-	21.025
CDI x IGPM	2.885	157.923	772.000	622.000
CDI x Libor	41.507	-	225.500	441.260
CDI x Pré	1.388	1.369	1.516.515	1.511.000
CDI x Tibor	1.198	-	62.043	62.043
CDI x IPCA	872	1.703	181.029	16.029
Dólar x Libor	-	-	-	74.495
Dólar x Pré	-	-	-	19.051
Dólar x CDI	62.473	33.215	1.145.899	745.899
Dólar x Alumínio	-	-	-	1.246
Dólar x TJLP	15.944	-	104.571	-
Dólar x Qatar	-	68	6.854	30.811
Dólar x Peso argentino	14.087	-	157.873	-
Euro x Dólar	5	114	47.461	191.023
Iene x Dólar	614	-	11.593	54.826
IGPM x CDI	115.408	3.816	840.500	622.700
IGPM x Dólar	40.136	-	42.879	52.817
IPCA x CDI	-	-	-	40.000
Libor x TJLP	1.846	208	50.395	-
Pré x Dólar canadense	-	18	1.599	-
Pré x Dólar	-	3.800	26.274	19.051
Pré x Qatar	-	105	8.651	-
TJLP x CDI	2.744	-	35.000	105.000
Alumínio x Dólar	-	-	-	1.226
Peso argentino x Dólar	-	12.943	157.873	-
Qatar x Pré	494	-	15.227	23.267
Qatar x Dólar	68	-	6.854	7.544
Operações com opções	15.678	15.398	723.484	9.487.354
Compra de opção de:	15.678	-	308.824	4.603.549
Compra de Dólar	3.728	-	40.088	8.700
Compra de Ibovespa	249	-	39.099	4.581.079
Compra de Índice (BOVA11)	34	-	4.479	13.770
Compra de Ação	2.167	-	24.503	-
Venda de Ibovespa	9.895	-	195.659	-
Venda de Índice (BOVA11)	31	-	2.140	-
Venda de ação	24	-	2.856	-
Venda de opção de:	-	15.398	414.660	4.883.805
Compra de Dólar	-	3.278	40.088	-
Compra de Ibovespa	-	3.606	179.899	4.857.619
Compra de Euro	-	-	-	12.416
Compra de Índice (BOVA11)	-	34	4.479	13.770
Venda de Ibovespa	-	8.374	184.959	-
Venda de Índice (BOVA11)	-	31	2.140	-
Venda de ação	-	75	3.095	-
Operações com futuros	6.240	66.174	38.478.640	26.992.283
Posição comprada	1.299	62.993	21.780.083	9.754.236
Cupom cambial – DDI	500	29.442	9.558.317	5.047.961
DI de 1 dia	537	60	4.490.380	2.015.541
Dólar	262	33.490	7.728.816	2.690.734
Índice de ação	-	1	2.570	-
Posição vendida	4.941	3.181	16.698.557	17.238.047
Cupom cambial – DDI	4.522	1.163	1.303.222	999.732
DI de 1 dia	410	1.333	14.533.972	15.397.016
Cupom IPCA	9	685	1.041.363	841.299
Operações a termo	202.048	135.592	3.959.072	934.440
Posição comprada	131.235	14.209	2.657.320	432.073
Moedas	127.489	9.761	2.651.517	411.452
Commodities	-	706	2.000	15.312
Títulos	3.746	3.742	3.743	5.309
Posição vendida	70.813	121.383	1.301.752	502.367
Moedas	7.827	59.079	1.237.412	394.838
Commodities	708	-	2.062	15.416
Títulos	62.278	62.304	62.278	92.113
Outros Derivativos	21.617	26.156	359.028	391.156
Outros derivativos	21.617	26.156	359.028	391.156

Os valores a receber e a pagar de operações de "swap", operações a termo, opções e outros derivativos estão registrados na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e de operações de futuros na rubrica de "Negociação e intermediação de valores". Os valores nominais estão registrados em contas de compensação.

	Ganhos / Valor de custo	Valor de (Perdas) não realizados	Valor de mercado 2011	Valor de mercado 2010
Ativo	2.106.744	(1.529.290)	577.454	711.092
Operações de "swap"	1.851.525	(1.513.414)	338.111	356.979
Operações a termo	236.732	(34.684)	202.048	121.689
Prêmio de opções de Ibovespa	11.671	(1.527)	10.144	222.384
Prêmio de opções de dólar	1.644	1.634	3.278	38
Prêmio de opções de euro	-	-	-	451
Prêmio de opções de índice	105	(40)	65	264
Prêmio de opções de ação	2.086	105	2.191	-
Outros derivativos	2.981	18.636	21.617	9.287
Passivo	722.871	(89.602)	633.269	591.718
Operações de "swap"	523.478	(67.355)	456.123	232.677
Operações a termo	178.604	(43.012)	135.592	127.003
Prêmio de opções de Ibovespa	15.806	(3.827)	11.979	220.678
Prêmio de opções de dólar	1.701	1.578	3.279	38
Prêmio de opções de euro	-	-	-	451
Prêmio de opções de índice	105	(40)	65	264
Prêmio de opções de ação	123	(48)	75	-
Outros derivativos	3.054	23.102	26.156	10.607

	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total 2011	Total 2010
Operações de "swap"	2.721.399	879.915	1.132.642	3.624.758	8.358.714	5.797.958
Operações com opções - Compra	69.943	237.198	1.683	-	308.824	4.603.549
Operações com opções - Venda	180.779	232.198	1.683	-	414.660	4.883.805
Operações de futuros - Compra	17.949.081	1.150.286	1.046.286	1.634.430	21.780.083	9.754.236
Operações de futuros - Venda	5.165.448	6.571.564	1.850.961	3.110.584	16.698.557	17.238.047
Operações a termo - Compra	747.076	1.292.003	220.759	397.482	2.657.320	432.073
Operações a termo - Venda	410.319	312.247	187.845	391.341	1.301.752	502.367
Outros Derivativos	115.079	243.949	-	-	359.028	391.156

	Bolsas (Cetip)		Total 2011	Total 2010
Operações de "swap"	1.958.325	6.400.389	8.358.714	5.797.958
Operações com opções - Compra	50.059	258.765	308.824	4.603.549
Operações com opções - Venda	155.895	258.765	414.660	4.883.805
Operações de futuros - Compra	21.780.083	-	21.780.083	9.754.236
Operações de futuros - Venda	16.698.557	-	16.698.557	17.238.047
Operações a termo - Compra	2.392.346	264.974	2.657.320	432.073
Operações a termo - Venda	1.226.498	75.254	1.301.752	502.367
Outros derivativos	-	359.028	359.028	391.156

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à BM&F Bovespa são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 2.755.729 (2010 - R\$ 2.104.156), registradas como vinculadas à prestação de garantias.

	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de compensação	Total
Operações de "swap"	16.840	2.996.924	2.964.128	2.364.793	16.029	8.358.714
Operações de opções	-	-	252.562	264.968	205.954	723.484
Operações de futuros	-	-	-	-	38.478.640	38.478.640
Operações de termo	-	3.500.221	68.082	390.769	-	3.959.072
Outros derivativos	106.664	17.855	61.999	172.510	-	359.028

	Receita	Despesa	Resultado líquido 2011	Resultado líquido 2010
Operações de "swap"	14.527.121	(13.728.858)	798.263	(561.375)
Operações de opções	647.616	(738.093)	(90.477)	78.371
Operações de futuros	364.190	(337.723)	26.467	(925)
Operações a termo	12.914.712	(12.024.091)	890.621	(705.637)
Operações de termo	598.396	(598.010)	386	68.329
Outros derivativos	2.207	(30.941)	(28.734)	(1.513)

8. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa - A carteira de crédito é composta por empréstimos no montante de R\$ 187.137 (2010 - R\$ 145.318), classificados em Operações de crédito e Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio (ACC) no montante de R\$ 896.869 (2010 - R\$ 267.974), classificados em Carteira de Câmbio.

	2011	2010
Principal devedor	190.734	181.350
Percentual em relação ao total da carteira de crédito - %	18%	44%
Dez maiores devedores	803.030	355.480
Percentual em relação ao total da carteira de crédito - %	74%	86%

	2011	2010		
Nível de risco	Total da carteira	Provisão constituída	Total da carteira	Provisão constituída
AA	988.278	-	402.303	-
A	32.658	163	10.989	55
B	4.763	47	-	-
D	32.752	3.275	-	-
F	25.555	12.777	-	-
Total	1.084.006	16.263	413.292	55

	2011	2010
(c) Evolução da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa		
Saldo inicial	55	1.154
Constituição/(Reversão) de provisão	16.208	(1.099)
Saldo final	16.263	55
Créditos recuperados	-	1.383

Adicionalmente, foi constituída provisão no valor de R\$ 9.022 (2010 - reversão no valor de R\$ 23.482) referente a títulos e créditos a receber sem características de concessão de crédito, classificada em "Outros créditos", referente principalmente a operações de derivativos vencidas e não pagas. O saldo da provisão dos referidos títulos e créditos totalizam R\$ 44.993 (2010 - R\$ 35.971). Não houve renegociação de créditos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

9. Negociação e intermediação de valores - "Negociação e intermediação de valores" referem-se, no ativo a operações de bolsas a liquidar com clientes no valor de R\$ 51.688 (2010 - R\$ 26.476) e operações com ativos financeiros no montante de R\$ 5.175 (2010 - R\$ 22.252), e no passivo, basicamente, a operações de bolsas a liquidar no valor de R\$ 43.905 (2010 - R\$ 24.266), operações com passivos financeiros a liquidar no valor de R\$ 79.127 (2010 - R\$ 93.351) e credores por empréstimos de ações no valor de R\$ 16.581 (2010 - R\$ 330).

10. Outros créditos e outras obrigações - carteira de câmbio - "Outros créditos - carteira de câmbio" estão representados, principalmente, por câmbio comprado a liquidar no valor de R\$ 4.214.230 (2010 - R\$ 956.542) e direitos sobre vendas de câmbio no valor de R\$ 740.324 (2010 - R\$ 1.037.931) e foram deduzidos por adiantamentos recebidos em moeda estrangeira e moeda nacional recebidos nos montantes de R\$ 3.670 e R\$ 119 (2010 - R\$ 39.970 e R\$ 557.173), respectivamente. "Outras obrigações - carteira de câmbio" estão representadas por câmbio vendido a liquidar no valor de R\$ 741.686 (2010 - R\$ 1.034.975) e obrigações por compra de câmbio no valor de R\$ 4.157.002 (2010 - R\$ 973.496) e foram deduzidos por adiantamentos recebidos em moeda estrangeira sobre os contratos de câmbio no montante de R\$ 891.163 (2010 - R\$ 265.908).

	2011	2010
11. Outros créditos e outras obrigações (a) Outros créditos - diversos		
Devedores por depósitos em garantia (Nota 13)	681.600	606.546
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social (Nota 15)	361.982	369.126
Opções por incentivos fiscais	-	5.750
Títulos de créditos a receber - sem característica de concessão de crédito	47.174	46.267
Impostos e contribuições a compensar	69.566	1.733
Devedores Diversos	-	2.282
Outros	4.423	1.143
Total	1.164.745	1.032.847

	2011	2010
(b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias		
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	11.719	63.406
Impostos e contribuições a recolher	9.028	6.715
Provisão para impostos e contribuições diferidos	4.608	4.395
Provisão para riscos fiscais (Nota 13)	1.008.125	1.046.070
Total	1.033.480	1.120.586

	2011	2010
(c) Outras obrigações - diversas		
Despesas com pessoal	147.800	98.630
Ações Cíveis (Nota 13)	330.843	297.335
Processos trabalhistas (Nota 13)	43.905	58.721
Despesas administrativas	8.557	7.256
Outros	16.103	9.801
Total	547.208	471.743

12. Obrigações por empréstimos - São representados, principalmente, por recursos captados por instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, sendo R\$ 1.931.359 (2010 - R\$ 166.954) com vencimentos até janeiro de 2012, sobre os quais incidem variação do dólar e juros de 0,0765% ao ano, R\$ 14.169.207 (2010 - R\$ 2.917.494) com vencimentos entre fevereiro de 2012 e maio de 2013, sobre os quais incidem variação cambial do dólar e juros entre 0,19% e 0,40% ao ano, e em 2010 R\$ 2.583.097, com vencimentos até janeiro de 2011, sobre os quais incidem variação cambial do dólar e juros de 0,12% ao ano. De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo as determinações do BACEN, em 31 de dezembro de 2011, o Banco J.P. Morgan S.A. considerou para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Ptax de venda. Por outro lado, na mesma data base o Banco possui operações com derivativos negociados em Bolsa de Valores realizadas com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descaimento entre

(...*continuação*)

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas

Banco J.P. Morgan S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de

expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeira do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas

contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 13 de março de 2012

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan (o "Banco"), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base 31 de dezembro de 2011, destacam-se: **a.** a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes; **b.** acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Ouvidoria, devido às responsabilidades atribuídas ao Comitê pela Resolução nº 3.477, de 26 de julho de 2007; **c.** a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local. Com o objetivo de assegurar a efetividade do

ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Banco as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela administração do Banco, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de controles internos e as iniciativas em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre outras, o estabelecimento de políticas internas e seu monitoramento, o processo de auto-avaliação de controles pelas diversas áreas do Banco, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela Auditoria Interna e pela PricewaterhouseCoopers. No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi

identificada. O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Banco, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentre outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2011.

São Paulo, 13 de março de 2012